



ACÓRDÃO Nº935/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12235/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS .
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Maria da Conceição Sampaio Moura (Ordenador de Despesa), Danizio Elias Souza (Ordenador de Despesa), Clécio da Cunha Freire (Ordenador de Despesa), Jane Mara Silva de Moraes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Diego Americo Costa Silva - OAB/AM 5819 e Gabriela de Brito Coimbra – OAB/AM 8889.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5442/2021-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS . Exercício de 2019.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Danizio Elias Souza**, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, exercício 2019, como Subsecretário no período de 28.01.2019 a 31.01.2019, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual nº 2.423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Jane Mara Silva de Moraes**, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, exercício 2019, como Subsecretária Operacional no período de 01.01.2019 a 02.03.2019, , nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2.423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº935/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Clécio da Cunha Freire**, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, exercício 2019, como Subsecretário Operacional no período de 07.03.2019 a 31.12.2019, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2.423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.4. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Maria da Conceição Sampaio Moura**, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, exercício 2019, como Subsecretária no período de 01.02.2019 a 31.12.2019, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.5. Dar quitação plena** ao **Sr. Danizio Elias Souza**, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2.423/1996, c/c art. 189, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.
- 10.6. Dar quitação à Sra. Jane Mara Silva de Moraes**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2.423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.7. Dar quitação** ao **Sr. Clécio da Cunha Freire**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2.423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.8. Dar quitação à Sra. Maria da Conceição Sampaio Moura**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2.423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.9. Determinar** que seja recomendado ao atual gestor responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, que não se repita a impropriedade elencada como restrição não sanada no presente processo, correspondente ao “achado 01” constante no Relatório Conclusivo nº 29/2021-DICAMM, às fls. 3830/3831, de modo que nas próximas prestações de contas anuais se abstenha de realizar pagamentos com atraso, evitando assim o pagamento de juros, sob pena de que não se releve esse tipo de impropriedade nas prestações de contas dos exercícios futuros.



ACÓRDÃO Nº935/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.10 Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral